

LUCIANO PEREIRA DA SILVA E A SUA OBRA

Vivia em Berne totalmente entregue aos meus estudos, quando em 1913 começaram as minhas relações com Luciano Pereira da Silva. Tenho cuidadosamente arquivada em minha casa em Lisboa tôda a sua interessantíssima correspondência. A colecção preciosa das suas cartas bastaria para mostrar em côres bem vivas a sua dedicação ao estudo, o crescer dos seus entusiasmos pela causa nacional, a que consagrava intensamente as suas fôrças e o seu saber. Actualmente no estrangeiro não me é possível ter à mão as deliciosas cartas repletas de detalhes e de pequenos episódios que tanto honram a sua memória, girando todos em volta da história da ciência náutica portuguesa.

Vou recapitular sucintamente como nasceram, e como cresceram, as nossas cordialíssimas relações. Havia então muitos anos que eu concentrava tôda a atenção a investigar a origem misteriosa da ciência náutica dos descobrimentos. Organizei o plano de estudos, bastante vasto para abranger todo o campo histórico a explorar. Procedi lentamente, sem urgência, para ir seguro, e percorri assim vários e bem diversos capítulos: a história da astronomia peninsular, sôbre a qual as obras monumentais de Steinschneider continham um manancial de revelações sensacionais; a história dos instrumentos náuticos primitivos, que circulava desfigurada na bibliografia alemã; a história do descrédito ao saber dos marinheiros portugueses começada por Humboldt, e que os

seus discípulos transformaram num recinto acastelado de aparência inexpugnável, e finalmente a biografia do célebre Behaim, que Ravenstein começara a pôr a claro em 1899.

Percorrendo na biblioteca de Berne um artigo do professor S. Günther sobre a balestilha, fui surpreendido por uma lacónica referência a um Regimento do Estrolábio existente na biblioteca do Estado em Munich.

A indicação era vaga, mas o título, em português, dos mais sugestivos. Segui a preciosa pista, examinei o livro recorrendo-me dum artigo que Luciano Cordeiro publicara em 1883 sobre um Regimento semelhante existente em Évora. Pedi cópias do texto e das tábuas náuticas do livro de Évora, e, confrontadas essas cópias com o Regimento de Munich, reconheci que me encontrava em terra firme e que estava resolvido o tenebroso problema da sciência náutica. Surgia todavia nova dificuldade, eu era historiador e não astrónomo, e o estudo do Regimento impunha conhecimentos da astronomia do século xv, que eu não possuía, e que mesmo entre astrónomos dedicados à sciência moderna não são frequentes. Valeu-me nesta conjuntura o excelente amigo Dr. Alberto de Oliveira, então ministro de Portugal em Berne.

Por êle obtive uma apresentação do govêrno suíço para o professor A. Wolfer, Director do Observatório de Zurich, reputado entre os professores suíços como o melhor conhecedor de astronomia antiga. Encontrei assim o mentor, o mestre e o amigo dedicado que me guiou e acompanhou com um zêlo inexcedível na espinhosa tarefa. Em 1913, pouco antes de concluir a impressão do meu livro *L'Astronomie nautique au Portugal*, etc., iniciava Luciano Pereira da Silva a série memorável de artigos sobre a *Astronomia dos Lusíadas* na *Revista da Universidade de Coimbra*. Começou então a nossa correspondência.

O Dr. Luciano enviava-me os seus artigos e eu remetia-lhe os textos finais, ou as provas dos meus trabalhos.

Pelos esplêndidos comentários do Dr. Luciano ao Regimento do Astrolábio, realizei com enorme prazer ter nêle um colaborador ideal.

Profundo conhecedor da matéria astronómica, português, embebido de entusiasmos patrióticos e de dedicação pela grande causa, era uma deliciosa surpresa, e de-certo a que eu menos esperava. Nasceu assim a nossa colaboração e, ousou dizer, a nossa camaradagem.

Não éramos oficiais do mesmo ofício; Luciano Pereira da Silva entrava para a sciência náutica com todo o seu profundo saber; eu entrava como historiador e com a solução do problema que me absorvera muitos anos. A minha admiração pelo Dr. Luciano cedo se transformou na mais sincera e leal simpatia e amizade, a que êle correspondia com inalterável dedicação.

Em 1915 concluía Luciano Pereira da Silva a *Astronomia dos Lusíadas*, a sua obra magistral, que ficará para sempre como uma pérola científica da bibliografia portuguesa dos tempos modernos. Creio que ao plano genial desta obra clássica não terá sido estranha a sua íntima convivência com o Dr. José Maria Rodrigues, benemérito professor e mestre exímio dos estudos camonianos, cujos primorosos trabalhos são outro exemplo admirável de estudo, de dedicação e de profundo saber.

A outras vozes autorizadas incumbe o prazer de apreciar a *Astronomia dos Lusíadas* em tudo que a obra encerra de alcance histórico, e de alto valor em sciência astronómica.

Sentir-me-ia com alguma competência para apontar nos brilhantes estudos de Luciano Pereira da Silva tudo o que êles contêm de novidade e de progresso para a história da sciência náutica, mas mesmo essa empreza não é realizável dentro do tempo prescrito, sobretudo quando nem tenho à mão a colecção dos seus trabalhos.

Foi, creio eu, em 1919 ou 1920 que surgiu a necessidade dum estudo sôbre sciência náutica para a *História da Colonização do Brasil*.

Respondendo ao pedido que me dirigira o excelente amigo Carlos Malheiro Dias, insisti terminantemente para que êsse honroso encargo fôsse confiado ao professor Luciano Pereira da Silva. Ele, melhor de que eu, com o seu saber, com os novos pontos de vista que se lhe desvendavam, daria mais brilho, mais novidade ao trabalho desejado.

Com a colaboração do Dr. Luciano Pereira da Silva na *História da Colonização do Brasil*, avolumava-se prodigiosamente a sua actividade scientifica e histórica, e assim realizou dentro dum curto prazo de 13 anos (1913 a 1926) a lista de estudos, que aqui recapitulo. Independente do que esta simples ennumeração encerra de profundos conhecimentos, de dedicação e de patriotismo, esta lista deixa-nos entrever como teria sido grandiosa a sua obra se a morte o não tivesse arrebatado na flor da vida aos seus trabalhos.

PUBLICAÇÕES DE LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Astronomia e sciência náutica

- 1913 a 1915. *A Astronomia dos Lusíadas*, Coimbra ⁽¹⁾.
1914. *A astronomia náutica das descobertas portuguesas. Estudo e transcrição do artigo do prof. L. Gallois (Sorbonne) sôbre o livro «L'Astronomie nautique» de J. Bensaúde*, Coimbra ⁽¹⁾.
1914. *Os dois doutores Pedro Nunes*, Coimbra ⁽¹⁾.
1916. *As tábuas náuticas portuguesas e o Almanach perpetuum de Zacuto*, Lisboa ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Revista da Universidade de Coimbra.

⁽²⁾ Boletim de 2.^a classe da Academia das Sciencias.

1916. *O livro do Sr. J. Bensaúde «L'Astronomie nautique» apreciado pelo Sr. Pedro de Novo y Colson na Real Academia de História de Madrid, Pôrto* ⁽¹⁾.
1917. *O astrolábio náutico dos portugueses, Pôrto* ⁽²⁾.
1917. *Astrolábios existentes em Portugal, Lisboa* ⁽³⁾.
1919. *A Estrela Vénus nos Lusíadas, Pôrto* ⁽²⁾.
1920. *As edições fac simuladas do Sr. J. Bensaúde, Coimbra* ⁽⁴⁾.
O Regimento do Estrolabio (Munich).
Tratado del Esphera y del Arte de marear de Francisco Faleiro.
O Regimento do Estrolabio (Évora).
1921. *A primeira edição dos tratados latinos sobre a Arte de navegar de Pedro Nunes, Lisboa* ⁽⁵⁾.
1922. *A arte de navegar dos portugueses desde o Infante a D. João de Castro, Pôrto* ⁽⁶⁾.
1924. *O astrolábio da Sociedade de Geografia e o nóio de Pedro Nunes, Lisboa* ⁽⁷⁾.
1924. *Kamal, Tábuas da Índia e Tavuletas náuticas, Lisboa* ⁽⁸⁾.
1924. *O Regimento de Navegacion de Pedro de Medina, Coimbra* ⁽⁴⁾.
1924. *O astrólogo João Gil e o Livro de Monteria, Lisboa* ⁽⁸⁾.
1925. *A Regra geral das festas mudáveis de Gonçalo Trancoso, Coimbra* ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ *Revista de História.*

⁽²⁾ *A Águia.*

⁽³⁾ *Fôlhas d'ouro.*

⁽⁴⁾ *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.*

⁽⁵⁾ *Anais das Bibliotecas e Arquivos.*

⁽⁶⁾ *História da Colonização do Brasil.*

⁽⁷⁾ *Academia — Jornal de Ciências Matemáticas.*

⁽⁸⁾ *Lusitânia.*

1925. *As obras de Pedro Nunes, sua cronologia bibliográfica*, Coimbra ⁽¹⁾.
1925. *Pedro Nunes espoliado por Alonso de Santa Cruz*, Lisboa ⁽²⁾.
1925. *A concepção cosmológica nos Lusíadas*, Lisboa ⁽²⁾.
1926. *Um astrolábio náutico do século XVI*, Lisboa ⁽³⁾.
1926. *Um astrolábio do século XVII*, Lisboa ⁽²⁾.
1926. *O astrolábio universal da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa ⁽⁴⁾.

História dos descobrimentos

1920. *O Esmeraldo de Duarte Pacheco — Razão deste título*, Coimbra ⁽⁵⁾.
1923. *Duarte Pacheco Pereira precursor de Cabral*, Porto ⁽⁶⁾.
1924. *A propósito das leituras do Infante*, Lisboa ⁽³⁾.
1925. *O Roteiro da primeira viagem do Gama e a suposta conjuração*, Coimbra ⁽⁷⁾.
1926. *João Dias de Sólis, piloto português*, Lisboa ⁽²⁾.

A lista precedente foi-me amavelmente fornecida pelo Dr. António Barbosa, ilustre e distinto discípulo de Luciano Pereira da Silva.

Nela separei os estudos sobre história da astronomia e da ciência náutica, de outros relativos à história dos descobrimentos.

⁽¹⁾ *Arquivo de História e Bibliografia*.

⁽²⁾ *Lusitânia*.

⁽³⁾ *Ilustração*.

⁽⁴⁾ *Academia — Jornal de Ciências Matemáticas*.

⁽⁵⁾ *Anais das Bibliotecas e Arquivos*.

⁽⁶⁾ *História da Colonização do Brasil*.

⁽⁷⁾ *O Instituto* (Coimbra).

Na primeira secção foi prodigioso o fogo sagrado do Dr. Luciano.

Na sua grande obra, *Astronomia dos Lusíadas*, na *Arte de navegar dos portugueses*, nos excelentes estudos sobre instrumentos astrológicos, no admirável resumo da *Concepção Cosmológica dos Lusíadas*, em todo o vasto certâmen penetrou mais e mais no domínio da astronomia peninsular, campo que possuía como mestre, em que lhe estavam reservados futuros e brilhantes sucessos.

Se a sua morte prematura foi uma perda irreparável para a história da astronomia da Península, foi ainda maior o desastre para a ciência náutica portuguesa. Luciano Pereira da Silva reünia em si um conjunto raríssimo de encontrar. Tinha toda a dedicação e todo o saber, todas as qualidades de investigador necessárias para concluir o que ainda falta realizar. Dominava todo o campo náutico e conhecia a exuberante abundância de elementos hoje disponíveis, sabia o que havia de grande, de belo e de tentador nos horizontes que lhe estavam abertos.

Levará de-certo, e infelizmente, muito tempo antes de se encontrarem de novo reunidas em uma pessoa, o saber e as eminentes qualidades de trabalho que ele possuía.

Na secção sobre história dos descobrimentos abrem-se-lhe novos pontos de vista; o matemático sente a necessidade de ir aprofundando assuntos puramente históricos. Alargava assim o domínio das suas pesquisas meditando sobre assuntos interessantíssimos, como as leituras do Infante, a nacionalidade de João Dias de Sólis, a viagem de Duarte Pacheco ao Brasil, etc. Seguiu por este mesmo rumo um outro distintíssimo matemático, o Dr. Duarte Leite, que, não obstante o seu alto cargo de embaixador de Portugal no Brasil, encontrou tempo e repouso de espírito para se dedicar com tanto brilho aos notáveis estudos históricos com que contribuiu para a *História da Colonização do Brasil*.

Quando em 1919 regressei da Suíça, uma das minhas primeiras preocupações foi pôr o Dr. Luciano ao facto da grave propaganda de descrédito às glórias nacionais, que desde os tempos do Visconde de Santarém se alastrava de forma assustadora na bibliografia estrangeira sobre os descobrimentos.

A devastação que mina por toda a parte teve e tem por base as obras de Humboldt. Podem resumir-se em quatro capítulos as teses em que se fundou a perniciosa empresa de Humboldt e de seus sucessores: as dúvidas sobre a prioridade dos descobrimentos do Infante na costa africana; a pretendida origem alemã da ciência náutica; a eliminação total e completa da obra marítima de D. João II, e finalmente todas as infundas fantasias sobre Cristóvão Colombo.

O Visconde de Santarém liquidou de vez o primeiro capítulo, relativo à obra marítima do Infante. Seguiu-se a ciência náutica portuguesa, já hoje consagrada em toda a Europa e inclusivamente na própria Alemanha. São as duas primeiras teses deprimentes para a história portuguesa que foram vencidas e derrotadas. Todo o resto falta, e falta muito.

Pedi um dia, aí por 1920, ao Dr. Luciano para percorrer com atenção as obras de Humboldt e de ir notando aqui e ali as frases curtas, incisivas, entre as quais algumas há que ferem a memória dos navegadores portugueses como tiros de grossa artilharia. Tempos depois voltou o Dr. Luciano a Lisboa, apenas entrava em minha casa perguntou-me cheio de indignação: «Conhece a passagem do nosso amigo Humboldt sobre a *ignorância dos conquistadores?*»

Eis a célebre frase:

«Ce n'est pas à la foule guerrière et peu civilisée des *conquistadores* que l'on doit faire honneur des progrès scien-

tifiques qui ont incontestablement leur principe dans la découverte du nouveau continent. . . » (*Cosmos*, tom. 2, pág. 332).

Estas palavras tiveram um sucesso enorme. Encontrámo-las novamente nos livros de Ziegler, de Gelcich, nas obras popularíssimas de Günther e de mais meia dúzia dos discípulos de Humboldt. Todos as repetem e cada qual acrescenta mais uns pontinhos tornando-as mais apimentadas, mais deprimentes, mais humilhantes!

Trilhando por êste caminho, surgiu Ruge com a sua afirmação categórica de que na Península não existia ciência cosmográfica na época dos descobrimentos marítimos, enquanto Peschel proclamava os alemães como os fundadores da geografia moderna!

Estas poucas linhas traçam todo o plano espoliador: a ignorância dos conquistadores (então os navegadores portugueses) segue-se a ignorância das nações peninsulares e finalmente entrega-se o espólio à Alemanha!

Os tiros de canhão de Humboldt, as suas fantasias, tôda a obra de devastação que inaugurou e que fere o que os portugueses têm de mais sagrado na sua história, tudo isso era conhecido pelo nosso grande defensor, o Visconde de Santarém.

Humboldt tinha então já um prestígio universal; Santarém não podia atacar de frente tôda a sua obra. Tomou a si um dos 4 capítulos acima referidos, estudou-o e esclareceu-o. Foi assim a terra o primeiro castelo, e com êle tôdas as insinuações e injustiças feitas à obra do Infante. A luta foi longa e renhida e terminou numa memorável sessão do Instituto de França. O que se passou naquela sessão devia ser gravado em letras de ouro na memória dos portugueses.

Acabou o debate sôbre a prioridade dos descobrimentos do Infante, quando todos os membros do Instituto, de pé e em volta do Visconde de Santarém, com uma ovação

ruïdosa faziam calar o célebre d'Avezac, representante do governo francês e defensor da tese de Humboldt. Havia nesta luta quaisquer interesses da diplomacia colonial francesa no Senegal, que motivavam a intervenção do Ministério da Marinha.

Mas o Instituto repudiou e banuiu do seu seio interesses alheios e suspeitos, consagrou a vitória ao sábio Visconde porque defendia uma causa mais elevada, o culto sagrado da verdade histórica. Fervilhavam então em Portugal os entusiasmos pelas glórias nacionais. Rodrigo da Fonseca Magalhães, então ministro dos Negócios Estrangeiros, escrevia cartas admiráveis a Santarém aprovando os planos, prodigalizando-lhe elogios, animando-o à luta. O governo abriu os cofres do Estado pondo à disposição do benemérito português as verbas necessárias para a execução do *Atlas* e para as suas publicações.

Santarém vivia uma vida de actividade febril.

Em uma carta dirigida ao seu sobrinho, Conde da Ponte, exclama o sábio português que era necessário «arrancar até ao último cabelinho» aos detractores dos heróis dos *Lusíadas*. As felicitações que o nosso defensor recebia de vários centros científicos eram logo remetidas ao ministro, que radiante e em termos dos mais carinhosos, agradecia ao patriota a sua obra admirável. Alguns dos melhores artigos de revistas estrangeiras, cheios de aplauso e elogios, eram logo traduzidos e textualmente publicados no *Diário do Governo*! Tôda a correspondência relativa a essa primeira defesa da causa nacional é profundamente emocionante e comovente.

Produz desânimo e desalento ler tôdas aquelas cartas tão nobres, trocadas entre o ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães e o Visconde de Santarém, dois inimigos políticos que se abraçavam no campo das glórias portuguesas.

Produz desânimo e desalento porque anda hoje dormente em Portugal aquele sentimento de dignidade nacional, que então impôs ao govêrno o dever de defender a memória dos heróis dos descobrimentos. Hoje, que essa corrente de descrédito, se alastrou prodigiosamente, tudo anda ignorado, tudo segue pela estrada da indiferença e do mais doloroso abandono.

Como fazer reviver o interêsse, como preparar o plano, como realizar a defesa do património nacional?

Fomos vítimas das injustiças de Humboldt, seguidas desde então com incomparável tenacidade. Precisamos dum plano bem meditado, construído sôbre as bases sólidas e inexpugnáveis da realidade histórica que possuímos. Não há que fechar os olhos ou encolher os ombros; quanto mais demorarmos, mais difícil será a luta, e, se chegarmos tarde de mais, porventura será impossível pôr côbro ao desastre!

Estas minhas considerações servem de introdução, de prólogo ao que eu chamo a *obra íntima* de Luciano Pereira da Silva, conhecida e apreciada de poucos em todo o seu enorme alcance.

Muito antes de familiarizado com os detalhes de campanha de descrédito à obra marítima dos portugueses, já o professor e o pedagogo reconheceu a necessidade de levar estes assuntos de magna grandeza para o ensino universitário. O Dr. Luciano inaugurava assim a idea fecunda, a estrada redentora única que pode resolver o grande problema; utilizar o ensino universitário para fazer reviver o amor, os entusiasmos, os sacrifícios pelas grandezas passadas da nação, dessa corrente surgirão então milagrosamente os colaboradores, os defensores que saberão fazer face a tôdas as propagandas insensatas e humilhantes para a causa nacional.

A obra íntima do patriota — As nossas palestras

Luciano Pereira da Silva era um feliz. Totalmente alheio a aspirações políticas, afastado das lutas da vida ou de encargos e deveres que tantas vezes esmagam as tendências ou os prazeres do estudo, o Dr. Luciano gozava aquela atmosfera ideal que criara e que lhe enchia a alma.

Na sua inalterável fisionomia risonha não havia nuvens perturbadoras, a vida corria-lhe plácida e serena.

Depois de cada ausência de Lisboa, ou depois de cada viagem ao estrangeiro, trazia-me satisfeitíssimo as suas impressões, essas narrativas sobre algum instrumento astrológico ou náutico que encontrara, os livros de estudo que descobrira, as bibliotecas que visitara; — cada detalhe, por pequeno que fôsse, enchia-o de contentamento.

A penúltima vez que o vi em minha casa, vinha particularmente satisfeito. Sabia de antemão a surpresa e o prazer que me dava com as provas da sua excelente memória sobre as espoliações de Alonso de Santa Cruz à obra de Pedro Nunes.

Esses entusiasmos duma existência de estudo eram o reflexo do que havia de mais puro, belo e generoso no seu carácter. Luciano Pereira da Silva gozava as suas fadigas intelectuais, davam-lhe vida.

Cada vez que nos encontrávamos, eram longas, intermináveis as nossas deliciosas palestras. Cada qual tinha alguma novidade, algum detalhe interessante a narrar, mas o que mais me interessava era ouvir o progresso da sua propaganda universitária, a sua obra íntima, que crescia fecunda e prometedora. Eu seguia-a com o mais vivo interesse, não só pelos brilhantes resultados obtidos, mas porque via nela a certeza, a garantia de futuros sucessos para a causa nacional.

As glórias marítimas dos portugueses não são somente uma página majestosa da história de Portugal, pertencem à história da náutica e da geografia, como um dos maiores acontecimentos da história da humanidade.

Infestadas de teses falsas ou errôneas, espoliadas ou repletas de fantasias que circulam por esse mundo, Portugal precisa, há muito, um plano profundamente concebido para restabelecer toda a realidade histórica e deitar por terra tudo o que desfigura a grande obra nacional.

O Visconde de Santarém, com os seus memoráveis trabalhos, inaugurou um período de justiça para as empresas marítimas de D. Henrique, dedicando-se em seguida aos seus estudos clássicos sobre cosmografia e cartografia, que deram brado em toda a Europa.

Cessaram então no estrangeiro os trabalhos de defesa do património nacional, deixando intactas e de pé todas as restantes falsas teses da lavra de Alexandre de Humboldt. O ilustre português, nosso defensor, não nos deixou as normas, não definiu a orientação, o plano que nos deviam guiar em futuros trabalhos de defesa. Continuaram, mas com redobrada intensidade, a devastação e o descrédito, salientando-se duas teses do mais vasto alcance: a origem da ciência náutica dos portugueses e a obra colonial de D. João II, um esforço assombroso do grande rei, que Humboldt, por assim dizer, eliminava totalmente. O prestígio enorme de Humboldt ofuscou e confundiu a consciência nacional. Os nossos historiadores, depois da defesa de Santarém, caíram pouco a pouco no desânimo, na descrença habilmente provocada por uma propaganda tenaz da bibliografia alemã contra as glórias portuguesas. Enquanto nós dormíamos o sono da inconsciência, paralisaram-se os nossos esforços, caímos no doloroso silêncio e no abandono da causa nacional. Só por estudos nossos, só pelo nosso trabalho, pela nossa dedicação, poderemos reivindicar e consagrar na história universal toda

a grandeza, tôda a realidade da epopeia portuguesa. Não serão certamente estrangeiros que virão explorar os arquivos portugueses, para pôr a claro o que nós próprios deixamos à revelia. Nos centros competentes do estrangeiro sabia-se perfeitamente que, desde os tempos memoráveis de Santarém, estes assuntos andavam em Portugal ao abandono.

A política colonial alemã entrou em campo, elevou-se um monumento a Behaim em Nuremberg e, nisto, a Royal Geographical Society, presidida por Sir Clements Markham, subsidiava os excelentes estudos de Ravenstein sôbre Martim da Boémia (1899).

Entretanto, entrava em scena o venerando mestre Sousa Viterbo e iniciava, com os seus *Trabalhos Nauticos*, o período de renascimento de estudos sôbre os nossos navegadores.

Entre nós, continuava-se porém a ignorar o que se passava no estrangeiro. Em tudo de bom ou de excelente que se publicou em Portugal, a começar pelos admiráveis trabalhos de Viterbo, não houve a mais leve alusão a essa grave propaganda que lavrava no estrangeiro, e que aluía nas suas bases a obra marítima portuguesa. Continuávamos sem plano, sem rumo, sem orientação.

Rodolfo Guimarães, historiador das matemáticas em Portugal, atacava enèrgicamente os trabalhos de Ravenstein.

Oliveira Martins, com todo o seu prestígio, proclamava o papel eminente da sciência alemã nos descobrimentos marítimos dos portugueses. Sousa Viterbo, iludido, como tantos outros, pelo prestígio de Humboldt, começa os seus admiráveis *Trabalhos Nauticos* com um hino de glória a Martim Behaim, que proclama o mestre de astronomia náutica dos nossos sublimes marinheiros. Em Viterbo, sobretudo, eram particularmente dolorosas essas honras concedidas

ao aventureiro Behaim, que Humboldt impunha a nós e ao mundo como guia científico dos descobrimentos marítimos.

Qual foi a causa, como nasceu a propaganda contra as glórias portuguesas, que lavra há quasi um século?

Fiado no seu prestígio, Humboldt quis realizar de vez a grande partilha das glórias dos descobrimentos marítimos. Quis contentar o maior número e sobretudo contemplar a Alemanha, foi o que realizou, mas à custa de Portugal. Começou por aluir a obra do Infante concedendo à França as honras da pretendida prioridade das navegações dos normandos. À Itália e a Castela deu o quinhão de Cristóvão Colombo, enchendo-o de infandas fantasias e de levandades. Desnorteou a história dos descobrimentos, pondo na primeira plana a descoberta da América quando a mola real das empresas marítimas do século xv fôra encontrar o caminho da Índia. Atribuiu o plano da descoberta a uma inspiração milagrosa saída das leituras de Colombo, e assim proclamou a independência desse plano do meio criador e clássico que o nutrira: a escola marítima dos portugueses. Arrazou com umas linhas mordentes a ciência e o saber dos marinheiros portugueses, e finalmente eliminou a obra grandiosa de D. João II.

Colombo passou desde então a figurar em tôdas as obras de história como a alma das empresas marítimas do seu século. Mesmo assim, Humboldt fazia certas reservas, salientando a ignorância do Almirante em assuntos de ciência náutica. Sobejavam pois êsses bocadinhos de ouro que tinham outro destino: a ciência náutica dos portugueses fôra importada da Alemanha, as honras científicas passavam para Behaim e para Regiomontanus. Esta tese provocou um verdadeiro delírio nas universidades alemãs; trabalhou-se loucamente para a consolidar. A bibliografia alemã sobre a história dos descobrimentos cresceu prodigiosamente, domi-

nando desde então em todo o mundo. Eis como nasceu o formidável caos em que hoje nos encontramos; foi a partilha das glórias em Nuremberg que tudo falseou.

Surge enfim a obra marítima de D. João II em tôda a sua grandeza, e tôda ela ainda ignorada. Cresce cada vez mais a confusão na história dos descobrimentos marítimos e crescem as dificuldades para impor a realidade histórica. Durante a defesa de Santarém o mal estava circunscrito, mas desde então até hoje uma bibliografia vastíssima propagou erros, omissões, levandades difficilimas a destruir sem uma organização bem concebida. Portugal com o seu glorioso passado não pretende praticar injustiças nem lesar interessados; o que pretende é pôr a claro tôda a realidade histórica que a memória dos seus heróis lhe impõe. A campanha de descrédito feita à ciência náutica portuguesa basta como exemplo. Hoje o que se precisa é chamar às armas tôdas as forças latentes, despertar a consciência nacional, criar o meio, preparar e organizar a defesa, provocar investigações modelares que imponham respeito pelo rigor da crítica, pelo escrúpulo da documentação. Sem isso a memória dos navegadores portugueses está condenada a figurar para sempre na história dos descobrimentos como uma paródia mesquinha da realidade.

Precisamos uma entidade à altura da grande tarefa que se impõe, precisamos uma organização superior modelar que prepare, que guie a obra de defesa que nos tem faltado. Precisamos produzir muito, e isso que se realizar levá-lo em todos os paizes aos centros aonde estes estudos são necessários. Precisamos uma longa série de monografias, tôdas sólidas, documentadas e profundas sôbre problemas ainda tenebrosos, muitos dêles de sensação — todos destinados a revolucionar a história dos descobrimentos portugueses, como ela hoje circula.

Ontem desconhecíamos que a obra científica dos nossos

marinheiros fundara na Europa essa vastíssima ciência náutica que hoje domina em todos os mares do globo. Ignoramos ainda por completo toda a obra colonial grandiosa de D. João II. Já está esclarecido o capítulo da ciência náutica que êle criou como um auxiliar, um acessório dos seus planos assombrosos, mas ignoramos o que há de grandioso e de sensacional na escola prática das navegações dos mares austrais que o rei desenvolveu de 1471 a 1495, isto é, durante um período de 25 anos, em que estão incluídos os 21 anos que precedem o descobrimento da América, em 1492.

Precisa-se uma entidade oficial que tenha a seu cargo desfazer no estrangeiro todas as tentativas de descrédito, por pequenas que sejam, que promova trabalhos de valor, esclarecendo tantos pontos tenebrosos que infestam a história dos descobrimentos, da navegação e da geografia. Então, e só então, poderemos dormir descansados.

Para encaminhar para estes campos as forças latentes que entre nós abundam, o caminho único é o ensino escolar e universitário; incutir por essa via nas novas gerações a noção exacta, o amor, a dedicação pelo que há ainda de grande e de belo a realizar.

Luciano Pereira da Silva viu com clareza, inaugurou esta orientação auspiciosa e fecunda, que nunca fôra utilizada para este fim em Portugal. Começou pela ciência náutica, campo dos mais aptos para o ensino universitário. Reproduziu e divulgou pelo país o astrolábio náutico de Coimbra, o quadrante náutico, a balestilha, desvendou o mistério das célebres tábuas da Índia — e, quando a morte o arrebatou à sua obra patriótica, projectava uma grande colecção de instrumentos náuticos para a Universidade, semelhante à que actualmente existe na Royal Geographical Society de Londres, fundada há pouco por Sir Clements Markham, o inolvidável amigo e admirador das glórias portuguesas.

O esforço de Luciano Pereira da Silva, reúnido à longa série dos seus brilhantíssimos estudos, inaugurou de vez o período de reivindicação histórica no mundo escolar e universitário. É essa a sua obra íntima que é urgente alargar e desenvolver. Por esta via se completará a ciência náutica desde o *Regimento* primitivo até à obra de D. João de Castro; é esse conjunto que constitui a relíquia científica que nos resta dos tempos áureos da nação.

Por esta orientação nova e salutar, inaugurada em Portugal, se liquidarão também tôdas as lendas, as fantasias, as espoliações que hoje andam espalhadas em 10 ou 12.000 volumes da bibliografia dos descobrimentos marítimos.

Não tivemos a fortuna de ver o professor Luciano Pereira da Silva à frente do seu patriótico esforço durante um longo prazo, mas isso que êle realizou marca, nos anais da nossa história, uma fase brilhante que seria um crime deixar cair no abandono.

O maior serviço que se pode prestar à memória de Luciano Pereira da Silva é reunir, em volta do seu nome, tôdas as forças, o estado, a academia, os colegas, os admiradores e os amigos, para nutrir, manter e desenvolver a obra que iniciou, assunto de magno interêsse nacional que se impõe pela grandeza do seu alcance.

O pesadêlo da origem misteriosa da ciência náutica que paralizou os esforços dos historiadores portugueses desde os tempos de Santarém, deixou de existir. Êsse facto basta para fazer renascer a confiança, a admiração, o culto do passado, incutir nos novos a dedicação aos estudos históricos, para destruir de vez essas dolorosas injustiças e espoliações que atrofiaram a história dos descobrimentos portugueses. Bem longe estava eu de trazer a público a essência das nossas deliciosas palestras, que giravam tôdas em volta dêste magno problema nacional.

A morte do querido amigo impôs-me o dever de pôr em relêvo todo o alcance do plano fecundo que concebeu e inaugurou, o único que pode um dia conduzir à solução de todos os problemas históricos, que pesam mais e mais como um dever sagrado sôbre a nação.

*Instituição Nacional para o estudo e defesa das glórias marítimas
de Portugal*

Liquidado de vez o mistério da ciência náutica que durante quasi 80 anos aluira à fé, a confiança no saber dos navegadores portugueses, ficou desde logo aberto e acessível um campo fecundo de estudos sôbre o período da administração colonial de D. João II em que tudo está por fazer.

A paralização dos estudos históricos em Portugal que se seguiu à vitória do Visconde de Santarém, deu o resultado de nos encontrarmos hoje em frente de terra virgem, repleta de problemas históricos de vasto ou vastíssimo alcance, todos desconhecidos e ignorados da história dos descobrimentos.

Na tarefa que se impõe há porém um princípio fundamental a seguir. Cada novo problema a tratar, cada novo capítulo a esclarecer tem de ser apresentado com tôda a minúcia dos detalhes e com o máximo rigor da crítica. Só assim, com uma documentação segura, sólida e inatacável, se realiza trabalho definitivo, sobretudo quando se trata de aniquilar flagrantes injustiças históricas propagadas, enraizadas e quasi consagradas.

Qual a forma prática de realizar esta vasta empresa com segurança e rapidez?

A intervenção do govêrno é de-certo necessária, é indispensável; mas se contarmos só com ela, e se neste momento sobretudo formos pedir ao Estado sacrificios que êle não pode fazer, nada se realizará.

Se o governo quizer tomar a peito estes assuntos patrióticos dando um exemplo salutar, só seguia a brilhante orientação tomada pelo ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães para com o Visconde de Santarém. O ministério dispõe dum vasto campo em que hoje pode desenvolver uma acção utilíssima quasi sem aumento de despesa. A elle compete promover o ensino da sciência náutica portuguesa nas universidades do país; de estudar com os corpos docentes das universidades os meios de desenvolver os estudos históricos sôbre os descobrimentos marítimos; de mandar proceder nos Arquivos da Tôrre do Tombo à urgente collecção de documentos sôbre o período de D. João II, etc.

Propuz, haverá dois anos, ao illustre académico Sr. Pedro de Azevedo de tomar eu a meu cargo as despesas de publicação dêstes documentos, se elle os coligisse nos Arquivos Nacionais. Mantenho essa proposta que então não foi possível realizar por se não ter alcançado a nomeação do Sr. Pedro de Azevedo para essa utilíssima missão que lhe devia absorver uns seis meses de pesquisas na Tôrre do Tombo.

Eis a razão porque ainda não existe a preciosa collecção de documentos que o Sr. Pedro de Azevedo com o seu saber, com a sua excepcional competência e dedicação estava então disposto a empreender, resolvendo assim este importantíssimo problema da história do grande Rei.

*
* *

Como alcançar os recursos financeiros para se organizarem os estudos em vasta escala?

Olhemos serenamente para o exemplo que dão os Estados Unidos da América. É incrível, é assombroso o que naquella grande país se conseguiu sem o minimo auxilio

do Estado. A Columbia University de New York constitui só por si uma cidade dentro de New York com os seus 30:000 estudantes. A Harvard University de Boston, a Yale University de New Haven têm cada uma entre 10.000 a 15.000 estudantes. Ao todo existem mais de 50 universidades nos Estados Unidos.

Todo êste conjunto colossal, todos estes focos de ciência e de ensino são mantidos por donativos e legados de particulares; o Estado é inteiramente alheio a essa enorme actividade universitária. Todos nós conhecemos o espírito prático «à outrance» dos Estados Unidos; muitos apontam aquela grande nação como a mais egoísta do mundo, e é ela contudo que dá hoje o maior exemplo de sacrifícios cívicos, duma generosidade, dum idealismo em favorecer a ciência e o ensino como não há memória em qualquer outro país. E não se trata ali unicamente das universidades, porque são fabulosas as somas e donativos destinados a todo o género de fundações beneméritas, a hospitais, a bibliotecas, a investigações científicas de todo o género, a excavações históricas, etc. E não são menos fabulosas as verbas que saem cada ano dos Estados Unidos para favorecer empreendimentos idênticos por todo o mundo.

Os nomes de Vanderbilt, de Carnegie e de Rockefeller representam uma corrente espalhada por todo o país e genuinamente nacional.

Será realmente impossível provocar em Portugal uma corrente semelhante em pequeníssima escala para cumprirmos condignamente êsse dever sagrado que temos para com a memória dos navegadores portugueses?

Não é ao estado a quem nos devemos dirigir mas sim aos portugueses por tôda a parte aonde êles se encontrem.

E nosso dever encarar de frente essa corrente de descrédito que se alastra há quási um século e que vai minando a história dos heróis dos *Lusíadas*. É nosso dever esclarecer

até aos mínimos detalhes tãda a obra dos «gloriosos gigantes» de que fala Santarém. É nosso dever expor ao povo português a urgência duma fundação nacional de estudos históricos, destinada a reconstruir tãda a realidade, tãda a beleza dessa época única da história da humanidade.

Basta para isso uma meia dúzia de professores de incontestável competência e dedicação para organizar e dirigir os trabalhos necessários. Para se alcançarem donativos e legados em abundância, há uma única dificuldade prática a vencer, despertar a máxima confiança dos doadores.

Ponham à testa dêste movimento nacional uma comissão escolhida entre professores de tãdas as universidades do país, entregue-se o plano desta tarefa benemérta à venerável universidade de Coimbra, a alma mater universitária tão querida de todos os portugueses; coloquem à frente dessa comissão um nome respeitado, admirado e venerado como o do Dr. José Maria Rodrigues, ilustre e benemérito historiador dos *Lusadas*. Essas garantias bastarão para provocar uma corrente de entusiasmo nacional que acabará de vez com êsse problema histórico que pesa, aflige e deprime a nação.

Criem prémios destinados a recompensar condignamente os trabalhos de valor que forem aparecendo; facultem aos novos a possibilidade de abrirem carreira pelo estudo dêstes assuntos; afastem o campo malfadado da política, e cedo, muito cedo, teremos em Portugal uma legião de habíllissimos e dedicados colaboradores.

Sirva de exemplo essa fundação de investigações científicas recentemente criada em Lisboa por um opulentíssimo legado instituído pelo benemérito cidadão brasileiro José Bento da Rocha Cabral e que está sendo admiravelmente dirigida pelo Dr. Ferreira de Mira.

A obra brilhantíssima que hoje temos devida aos esforços de Carlos Malheiro Dias, a *História da Colonização do*

Brazil, obedecendo a um outro plano, já mostrou como foi possível despertar o interêsse no Brasil e em Portugal. Surgiram recursos financeiros e mais ainda surgiu uma preciosa série de novos colaboradores entre os quais figuram dois professores ilustres, o malogrado Dr. Luciano Pereira da Silva e o Dr. Duarte Leite. O exemplo benemérito de Carlos Malheiro Dias, basta. Sigam-se as suas pisadas com o objectivo único de reconstruir com o maior rigor tôda a realidade histórica sôbre «aqueles colossos capazes de concebir, preparar e levar a feliz término una labor de titanes» assim se refere o Sr. Pedro de Novo y Colson à obra dos navegadores portugueses.

O programa dos estudos necessários

Conheci na Biblioteca Nacional de Lisboa, haverá uns 12 anos, um hábil investigador, bom paleógrafo, entusiasta por pesquisas históricas e por trabalhos árduos dos arquivos que me impressionou profundamente com o seguinte pedido.

Desejava que lhe indicasse um problema de importância histórica a que queria dedicar-se. Esta pergunta caracteriza o que se tem passado há muitos anos em Portugal sôbre a história dos descobrimentos marítimos. Temos aptidões, temos trabalhadores utilíssimos, temos um campo histórico admirável a explorar, só nos falta guiar e canalizar as fôrças latentes, divulgar um programa bem concebido dos estudos mais urgentes de que carecemos.

Os professores da história da geografia, da cosmografia ou astronomia nas universidades alemãs e suíças adoptaram há muito uma orientação fecunda de que se tem colhido resultados surpreendentes. Cada qual dá uma lista de problemas obscuros a esclarecer em que o estudante escolhe um

como tese do doutorado. Obtiveram-se por esta forma monografias preciosas. O número de estudos hoje publicados em teses de doutorado é muito considerável; eu possuo umas 150, de grande valor, entre as quais figuram muitas que se relacionam com as navegações e descobrimentos marítimos.

Cada vez que se adiantou um passo na nossa defesa, refutando uma lenda de Humboldt, cada vez existiu um programa maduramente concebido. O plano e os sucessos do Visconde de Santarém estão hoje minuciosamente tratados em dois volumes da sua correspondência e no belo livro de Jordão de Freitas sobre o *Atlas*. Apareceu assim a surpresa de duas preciosas cartas de Humboldt ao benemérito Visconde, exaltando o seu profundo saber e aludindo à derrota que lhe fôra infligida na pretendida prioridade das navegações dos Normandos.

Os excelentes estudos de Ravenstein que libertaram a história nacional do pesadelo de Martin Behaim, obedeceram a um plano organizado pela Royal Geographical Society de Londres, então presidida por Sir Clements Markham.

A ciência náutica portuguesa ficou esclarecida, graças a um programa de trabalhos concebido e executado com método e persistência.

As espoliações, as fantasias que desfiguram a história dos descobrimentos portugueses obedecem a um plano organizado e seguido com incrível tenacidade por umas dúzias de professores alemães.

Como seria hoje possível destruir tôdas essas lendas que circulam enraizadas ou quási consagradas, sem uma organização bem montada, sem uma orientação bem definida?

Trata-se de revolucionar de alto a baixo a história dos descobrimentos marítimos do século xv como ela é hoje propagada; eis o que representa pôr a claro a obra colonial de D. João II. Seria inexperiência ou leviandade imaginar por

um momento que uma empresa de tal monta, tão árdua, tão difícil, se poderia realizar sem uma organização modelar, sem um plano de trabalhos. Acresce ainda que na própria história da ciência náutica portuguesa há importantes capítulos a completar. Eis ao correr da pena uma série de investigações que fui notando no decorrer de longos anos de pesquisas. Esta lista, só por si, dá uma ideia da vastidão do campo a explorar. Nela indico estudos de crítica histórica e estudos de documentação indispensáveis como trabalhos preparatórios e auxiliares.

Selêncela Náutica

1.º Evolução do Regimento do Astrolábio desde a sua criação até às obras de Pedro Nunes e de D. João de Castro.

2.º Impressão dos Regimentos ainda desconhecidos e das respectivas táboas náuticas existentes nos Atlas de Vaz Dourado e Lázaro Luís, Regimento de Wolfenbüttel, Táboas náuticas da cosmografia de Saintonge (1544) e outros documentos semelhantes existentes na Torre do Tombo.

3.º Colecção das listas conhecidas das latitudes e suas confrontações. Listas dos regimentos, a lista de Magalhães, do Esmeraldo de Duarte Pacheco e do livro de Marinharia.

4.º Instrumentos náuticos — colecções dos textos já impressos e impressão dos que existem ainda em manuscritos (Biblioteca Nacional).

5.º Bibliografia dos roteiros impressos e impressão dos roteiros inéditos.

6.º História do cálculo das longitudes desde as primeiras tentativas marítimas até D. João de Castro.

7.º A exactidão do cálculo das longitudes na lista do Almanach perpetuum de Zacuto (1473-1478).

8.º Estudo do cálculo das longitudes no texto manuscrito

de Pigafeta (hoje impresso), único extracto conhecido do Regimento das longitudes entregue por Rui Faleiro a Fernão de Magalhães.

9.º Utilizações dos sinais marítimos no alto mar para a determinação aproximada das longitudes.

10.º Apontamentos sobre os autores que estudaram complementos e ampliações do regimento até D. João de Castro.

11.º Lista cronológica dos cartógrafos portugueses, cartas hoje conhecidas ou ignoradas.

12.º A ciência náutica dos pilotos orientais na época dos descobrimentos.

13.º Utilização no oriente pelos navegadores portugueses de Roteiros e cartas árabes que lá encontraram.

A justiça da causa nacional na reivindicação da ciência náutica dos descobrimentos foi proclamada sem restrições em França (1914 e 1916), em Inglaterra (1915), em Espanha (1916), na Holanda (1916) e na própria Alemanha (1918). Espanha teve para com os portugueses um gesto penhorador de generosa lealdade consagrando a vitória da nossa causa num esplêndido relatório da Academia de Madrid.

Ficou definitivamente provado e documentado que a ciência náutica dos portugueses se baseia sobre a astronomia peninsular e não como se pretendia sobre elementos científicos importados da Alemanha. Dêstes estudos surgiu um outro problema de vastíssimo alcance, a existência duma intensa actividade astronómica na Península entre 1100 e 1500, de que as devastações inquisitoriais eliminaram totalmente todos os vestígios existentes em Espanha e Portugal.

As obras monumentais de Steinschneider revelaram a surpresa de se encontrarem nas grandes bibliotecas europeias não peninsulares, abundantíssimas cópias dos trabalhos dos astrólogos da Península. Essas cópias tornaram enfim possível

completar a astronomia peninsular com obras de alto valor que no decorrer dos séculos se estraviaram. A Academia de História de Madrid já pôs em foco todo o valor dos interessantíssimos, mas difíceis trabalhos a realizar.

Incumbe aos historiadores portugueses o dever de colaborar quanto possível na reconstrução da história da astronomia peninsular, campo novo e admirável que vai cobrir de glória o país vizinho como o centro propagador da astronomia durante a idade média, não só na Península mas em toda a Europa.

Na actividade científica febril dos astrólogos de Castela, encontraram os portugueses os elementos teóricos para criarem a ciência náutica. Esse conjunto, essa colaboração dá um brilho dos mais intensos à cultura peninsular. Dela nasceu a grandiosa realidade da época dos descobrimentos marítimos.

Não foi só o saber dos navegadores portugueses que Humboldt feriu com a partilha das glórias dos descobrimentos como êle pretendeu realizar. Feriu, desfigurou e ignorou por completo a cultura científica da Península em que Castela ocupa um lugar brilhantíssimo. Trata-se de rehaver para a família peninsular tudo o que hábilmente se lhe pretendeu expoliar. O objectivo dos historiadores de Castela e de Portugal só pode ser um: colaborar unidos na rigorosa reconstrução de toda a realidade histórica, pôr em evidência o que a Península produziu de grande e de admirável em ciência e em progressos geográficos.



Em 1471 começou um período de actividade marítima que cresceu com intensidade. Cerca de 1484 criou-se o Regimento do Astrolábio. A experiência acumulava as obser-

vações, destas surgiam grande número de novos problemas representando novos capítulos e aperfeiçoamentos a juntar ao Regimento.

Tudo que se produziu em Portugal em ciência náutica desde a nascença da obra original até aos trabalhos clássicos de Pedro Nunes e de D. João de Castro, representa a *Evolução do Regimento do Astrolábio*. Os melhoramentos das tábuas náuticas, a exactidão crescente do cálculo das latitudes, as observações magnéticas, o aperfeiçoamento dos instrumentos náuticos, o Regimento do Cruzeiro do Sul, tôdas as tentativas do cálculo das longitudes e finalmente as cartas náuticas, os estudos dos ventos, das correntes, o conhecimento dos perigos da navegação nos portos e nas costas, tudo representa um vasto conjunto cujo progresso se deve seguir por ordem cronológica até chegar ao período brilhante em que D. João de Castro deixou a ciência náutica portuguesa.

Administração marítima e colonial de D. João II

Arrancar ao esquecimento a figura majestosa de D. João II, estudar a sua obra com o máximo de documentação e com todo o rigor da crítica, eis a grande empresa histórica que hoje se impõe aos portugueses. Ver-se há então o que tem havido de injustiças flagrantes para com a memória do grande Rei e como foram justos, justíssimos êsses termos elogiosos de exaltação que nos deixaram os contemporâneos do Príncipe Perfeito ou os historiadores do século xvi.

Rui de Pina, Duarte Pacheco, Garcia de Resende, o italiano Angelo Policiano, o alemão Jeronymo Münzer, João de Barros, Damião de Gois, Jerónimo Osório, todos em suma, e cada qual com exclamações de louvor, de admiração, de assombro todos exaltaram a obra marítima de D. João II que os portugueses ainda hoje não conhecem.

Camões define admiravelmente o Príncipe Perfeito nestas palavras do Gama que tanto dizem:

Porem, depois que a escura noite eterna
Afonso aposentou no ceu sereno,
O Príncipe que o reino então governa
Foi Joanne segundo e Rei trezeno.
Este por haver fama sempiterna
Mais do que tentar pode homem terreno
Tentou, que foi buscar da rosa aurora
Os terminos, que eu vou buscando agora.

(*Lusiadas*, canto 4.^o).

A justiça histórica conservou bem marcado o lugar de honra que pertence ao grande Rei. Faltou até hoje na história a obra gigantesca realizada entre 1471 e 1495; faltou o guia genial, a mão organizadora, faltou o plano da realização, e a grande actividade marítima que se seguiu à morte do Infante D. Fernando em 1470.

Quando essa acção fôr estudada e divulgada na história, então chegará o dia em que D. João II será proclamado como a alma das grandes empresas marítimas e como o vulto mais notável do seu século.

Abri há dias ao acaso um livro precioso de Oliveira Martins, *A Vida de Nun'Alvares*, e deparei com estas linhas no final da introdução:

«Repito e concluo, se tiver vida, fôrça, inteligência e repouso de ânimo, para acabar de compor a história do tempo de Aviz, morrerei ao menos com a convicção de não ter sido inteiramente inútil a minha existência, pois terá servido para compreender e contar um dos fenómenos mais nobremente interessantes da passagem dos homens sobre a terra».

Era no *Príncipe Perfeito* que o grande Oliveira Martins ia tratar do período áureo dos descobrimentos que culminou, que atingiu o auge em tôda a sua grandeza durante a administração colonial de D. João II.

Havia em Oliveira Martins duas entidades perfeitamente distintas, o historiador e o artista. O historiador afasta-se por vezes dos processos de investigação moderna que hoje se aproximam mais dos cálculos das probabilidades do matemático do que da concepção poética do artista.

Blasco Ibañez define admiravelmente estes novos métodos de investigação histórica designando-os como «una labor lenta de perforación» e acrescenta «el artista sólo necessita ver una parte de la verdad. El resto de la verdad lo advina por inducción».

O poeta Oliveira Martins abunda em rasgos de intuição histórica, tão reais, tão verídicos, tão maravilhosos que eles só por si apresentam em poucas linhas ao leitor todo o brilho de uma época inteira. São estes rasgos de intuição, brilhantíssimos clarões em plena noite, mais ainda do que a lenta tarefa do investigador, que dão aos quadros históricos de Oliveira Martins o seu imenso valor que os torna tão sugestivos, tão preciosos, tão admiráveis.

Devo a esses quadros históricos o prazer, os entusiasmos que me tem dado o estudo da obra colonial de D. João II; vivi nesse período uma vida intensa de admiração sempre crescente e provavelmente seguirei o exemplo do mestre que morreu sonhando com o grande Rei sem concluir a difícil empresa do seu *Príncipe Perfeito*.

A obra colonial de D. João como hoje a conheço dá-me a impressão dum mato bravo que cobre os túmulos duma grande geração de heróis de sublime grandeza — são os poetas da acção e da realização. Em qualquer ponto em que se escave neste campo sagrado surgem surpresas, planos duma beleza peregrina, a dedicação, o sacrifício, a admiração, o culto dêsses heróis pela figura majestosa do Rei, o seu guia, o mestre, cujos conselhos pareciam divinos, assim o escreve Duarte Pacheco.

Tudo o que encerra êsse campo sagrado, até mesmo o culto que animava essas figuras gigantescas pelo seu Rei — tudo anda ainda disperso ou quási ignorado na história dos descobrimentos. Realizou-se em suma a profética previsão de Angelo Policiano contida na primorosa carta dirigida a D. João II suplicando-o de mandar escrever para salvar do olvido a história minuciosa dos seus feitos gloriosos, que ofuscavam o que havia de mais memorável na história da humanidade.

Mas o grande Rei seguia outro rumo: visava antes de tudo a realização da grande obra e não à divulgação dos planos que o guiaram.

A importância do comércio da Guiné e da Mina, as diligências leoninas para desenvolver o comércio africano e chegar a Timbuctu, a maior feira de ouro do mundo; a experiência assombrosa adquirida pela escola prática de navegação dos mares austrais; a política colonial insondável do patriota, o tratado de Tordesilhas, essa maravilhosa obra de arte, de perspicácia e de previsão que legava à nação o monopólio da Índia; a própria existência do Brasil de cujo conhecimento há claríssimos vestígios no célebre tratado, tudo, tudo está por estudar e esclarecer. Mais ainda, a mola real, a força que formou uma geração de heróis de sublime grandeza, ainda não foi estudada.

A corte de D. João foi a grande escola dêsses poetas do patriotismo. A mão firme e austera do Rei, o exemplo que êle próprio dava de dedicação sem limites pela prosperidade nacional, esses sacrifícios pessoais comoventes que lhe minaram a vida mas que se lhe impunham como uma necessidade inevitável para utilizar e concentrar tôdas as forças na fundação dum vasto império colonial, tudo anda mal apreciado ou repleto de injustiças.

Foi dêsse ambiente maravilhoso da escola da corte que surgiu uma geração de heróis, tão bela pela sua grandeza

moral, pela dedicação, pelos sacrifícios patrióticos, elementos indispensáveis aos planos do grande Rei.

É todo esse conjunto, essa atmosfera generosa de patriotismo ideal dos tempos de D. João II que constitui o que há de mais belo no «fenômeno dos mais nobremente interessantes da passagem do homem sobre a terra» de que fala Oliveira Martins.

Eis o campo a explorar em toda a sua peregrina beleza e em toda a sua vastíssima amplitude.

Para trabalhos de tal monta não basta um programa detalhado dos estudos a realizar. Precisamos alargar o campo de acção, desenvolver o meio, captar aptidões, despertar a dedicação, o entusiasmo das novas gerações, então aparecerão os investigadores e defensores que nos têm faltado.

Luciano Pereira da Silva inaugurou brilhantemente em Portugal o plano fecundo e prometededor, o caminho único, seguro e certo para lá chegarmos. Precisamos revolver a alma portuguesa para que a obra íntima do patriota se não atrofie e não definhe, precisamos apelar para que a nação tome generosamente a seu cargo esse pesadelo que hoje se impõe como um dever sagrado; a reconstrução histórica da epopeia portuguesa sobre bases sólidas, profundas e inatacáveis; pôr de vez a claro toda a realidade, toda a beleza da obra comovedora dos navegadores portugueses e dos seus admiráveis organizadores.

Contemplei em silêncio e cheio de esperança os esforços do professor ilustre e do amigo. A fatalidade pôs em perigo a sua benemérita obra universitária; eis o que me arrancou este aviso salutar sobre graves problemas das glórias nacionais que infelizmente têm andado entregues a um doloroso abandono.

Paris—Dezembro 1926.

JOAQUIM BENSÂUDE.